

A EVOLUÇÃO DA RESERVA DE COTAS DE GÊNERO NAS CANDIDATURAS: UMA ANÁLISE LEGISLATIVA

Autor(res)

Stace Liz Carneiro Vanice Borges Luz Habib Ribeiro David Luciana Calado Pena Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

Com o objetivo de compreender os avanços, desafios e impactos da reserva de cotas de gênero na política brasileira, este estudo traça um panorama histórico da legislação sobre o tema desde sua implementação em 1997. A pesquisa busca contribuir para o debate sobre a representatividade feminina nos espaços de poder e a construção de uma democracia mais equitativa. A sub-representação feminina na política é um problema persistente no Brasil. Diante desse cenário, a reserva de cotas de gênero emerge como uma política pública fundamental para promover a igualdade de gênero nos espaços de poder. Este estudo aprofunda a análise da evolução dessa política, buscando identificar seus impactos e contribuições para a construção de uma democracia mais paritária.

Objetivo

O presente resumo tem como objetivo investigar a efetividade das cotas de gênero como instrumento para promover a igualdade na política brasileira, analisando sua trajetória legislativa e seus resultados.Outras possibilidades:

* Foco nos desafios: "Analisar os obstáculos enfrentados pela implementação das cotas de gênero na política brasileira e suas consequências para a representação feminina."

Material e Métodos

Com uma metodologia multifacetada para analisar a evolução das cotas de gênero. Serão realizadas:* Análise de conteúdo: Um exame detalhado da legislação sobre cotas de gênero, desde sua origem até os dias atuais, com o objetivo de identificar mudanças nas definições, critérios de aplicação e justificativas para as alterações. * Análise quantitativa: A utilização de dados estatísticos do TSE para avaliar o impacto das cotas na participação feminina nas eleições e sua representatividade nos diversos níveis de governo.* Análise qualitativa: A análise de documentos oficiais, estudos acadêmicos e entrevistas com especialistas para compreender as diferentes perspectivas sobre as cotas, seus desafios e impactos sociais e políticos. * Abordagem histórica: Uma perspectiva

ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024 - Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera Ribeirão das Neves/MG

ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024

Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera Ribeirão das Neves/MG



histórica para contextualizar a evolução da legislação e identificar as principais tendências e fatores que influenciaram as mudanças. Essa combinação de métodos proporcionará uma visão abrangente da trajetória.

Resultados e Discussão

A análise dos dados e da literatura permitiu aprofundar a discussão sobre:

- * Evolução da legislação: As principais mudanças na legislação sobre cotas de gênero ao longo dos anos e seus impactos na participação feminina na política.
- * Efetividade das cotas: A medida em que as cotas têm contribuído para aumentar a participação de mulheres nas eleições e sua representação em diferentes esferas de poder.
- * Desafios para a implementação: Os obstáculos enfrentados pela política de cotas, como a resistência de partidos políticos, a falta de recursos e a necessidade de outras ações afirmativas.
- * Impactos sociais e políticos: As transformações na cultura política, a maior visibilidade das mulheres na política e a contribuição das cotas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Conclusão

A presente pesquisa culminará com uma síntese dos resultados,oferecendo uma contribuição original para o debate sobre a política de cotas de gênero no Brasil. A análise crítica dos dados permitirá avaliar a relevância das cotas como instrumento para a promoção da igualdade de gênero e a construção de uma democracia mais justa e representativa, abrindo caminho para futuras pesquisas. A avaliação crítica dos dados permitirá ponderar a relevância das cotas como instrumento de igualdade.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 97, de 4 de julho de 2017. Altera o art. 17 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

SANCHEZ, Beatriz. Cotas de gênero e financiamento eleitoral: desafios e avanços. In: Gênero e Política no Brasil: Teorias e Pesquisas Empíricas. São Paulo: USP, 2023.